

# AMOSTRAGEM PROGRAMAS/PROJETOS



**MINAS  
ESPORTIVA**  
ICMS ESPORTIVO

**ANO BASE 2019**

DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.

# Realização

**GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Romeu Zema Neto

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

**SUBSECRETÁRIO DE ESPORTES**  
José Francisco Filho

**SUPERINTENDENTE DE FOMENTO E INCENTIVO AO ESPORTE**  
Thiago Souza Santana

**DIRETOR DE FOMENTO E ORGANIZAÇÃO DE POLÍTICAS  
ESPORTIVAS**  
Bráulio Humberto da Silva

## **EQUIPE TÉCNICA**

Anna Carolina Wetter Ribeiro  
Arthur Henrique Soares Sales Duarte  
Denilson Pedrosa da Rocha  
Enrique Felipe Lopes  
João Vitor de Andrade Santos  
Lilian Rocha de Souza  
Marcelo Henrique de Oliveira Mendes  
Marcos Vinícius Galvão de Barros

# Sumário

## Apresentação

4

## Objetivo

5

## Critérios de Definição da Amostra

6

Quantidade de Programas/Projetos Analisados

6

Seleção dos Programas/Projetos para Análise

8

Acréscimos

9

## Deliberação

10

Aprovação dos Programas Projetos que não entraram na Amostra

10

Penalização por enquadramento equivocado de Atividade Esportiva e/ou Modalidade

12

## Considerações Finais

13

Clique no círculo para ir direto à página!



# Apresentação

Prezados(as) Gestores(as),

A Resolução SEDESE nº 57/2019 estabelece que, a partir do ano base 2019 (ano de análise 2020), a análise dos programas/projetos será feita por amostragem. Isto é, para cada município, a Diretoria de Fomento e Organização de Políticas Esportivas (DFOPE) analisará uma quantidade específica de programas/projetos dentre o total enviado para comprovação.

Neste documento, a DFOPE busca esclarecer os critérios técnicos que foram utilizados para a construção da amostra de análise dos programas/projetos do ICMS Esportivo (ano base 2019), respondendo às seguintes perguntas:

- *Como foi feito o cálculo que definiu a quantidade de programas/projetos analisados de cada município?*
- *Quais programas/projetos foram escolhidos para análise da equipe técnica da DFOPE?*
- *O que acontecerá com os programas/projetos que não entraram na amostra?*

A DFOPE ressalta que esse processo está sendo aprimorado constantemente, sendo passível de alterações para os próximos anos.

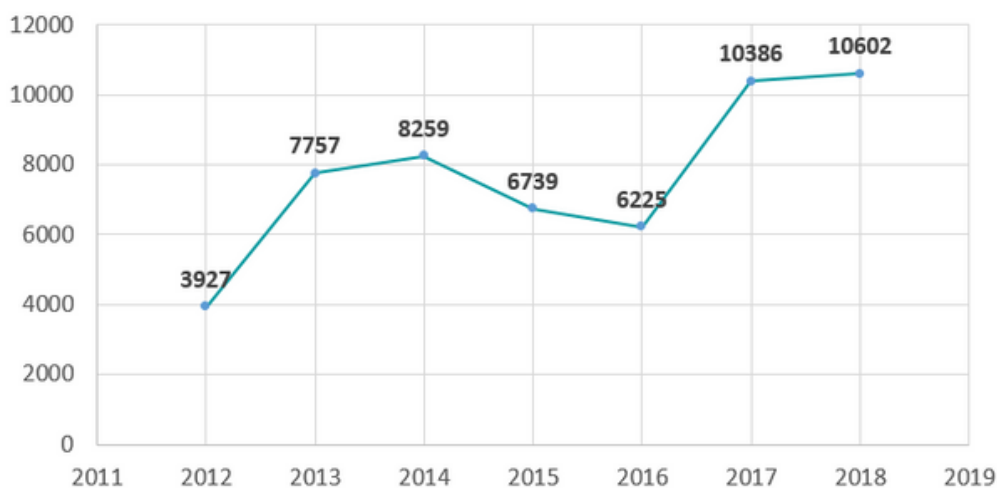
**Atenciosamente,**

**Diretoria de Fomento e Organização de Políticas Esportivas(DFOPE)**

# Objetivo

No decorrer dos anos, foi possível notar um aumento expressivo na quantidade de programas/projetos comprovados pelos municípios no ICMS Esportivo, conforme mostra o Gráfico 01. Em 2019 (relativo ao ano base 2018), por exemplo, a DFOPE analisou mais de 10 mil programas/projetos, considerando os prazos estabelecidos pela Legislação.

**Gráfico 01: Evolução do número de programas/projetos comprovados pelos municípios no ICMS Esportivo por ano base – 2012-2018**



Fonte: Sistema de Informação ICMSEsportivo ([icms.esportes.mg.gov.br](http://icms.esportes.mg.gov.br))

Sem a perspectiva de aumento do número de colaboradores, tornou-se inviável, atualmente, a análise de todos os programas/projetos. Esse fato despertou na equipe da DFOPE o desejo de buscar alternativas para contornar a situação. Sendo assim, optou-se pela análise dos programas/projetos por **amostragem**. Isso possibilitou a execução do ICMS Esportivo dentro do ano corrente, além da realização de outras atividades de competência da Diretoria voltadas ao fomento e organização de políticas esportivas, tais como criação de cartilhas, produção de cursos EAD, realização de pesquisas, dentre outros.

# Critérios de Definição da Amostra

## Quantidade de Programas/Projetos (PPs) Analisados

### Municípios que já participaram do ICMS Esportivo:

A quantidade de PPs analisados no ano base de 2019 foi definida com base na taxa de reprovação do município no ano base de 2018. A partir da taxa de reprovação, foi somado o valor de 10%, resultando no percentual de PPs para análise. Se a quantidade de PPs indicou um resultado decimal, o número foi arredondado para cima. Nos casos em que a quantidade de PPs enviados para comprovação em 2019 foi menor que 10, todos foram analisados.

**Percentual PPs analisados em 2019 =  
Taxa de reprovação do município ano base 2018 + 10%**

### Exemplo:

*No ano base de 2018, o Município "A" enviou 100 PPs para comprovação. Após análise da equipe técnica, 25 PPs foram reprovados, portanto, a taxa de reprovação deste município foi de 25%. Dessa forma, no ano base 2019, serão analisados 35% do total de PPs enviados para comprovação. Assim, supondo que o município "A" enviou 60 PPs para comprovação no ano base de 2019, somente 21 PPs serão analisados pela equipe da DFOPE.*

# Critérios de Definição da Amostra

## Quantidade de Programas/Projetos (PPs) Analisados

### **Municípios que não participaram do ICMS Esportivo:**

Os municípios que não participaram do ICMS Esportivo no ano base de 2018 tiveram todos os PPs analisados.

# Critérios de Definição da Amostra

## Seleção dos Programas/Projetos (PPs) para análise

Os PPs analisados foram escolhidos de forma aleatória, levando em consideração a distribuição da quantidade de PPs comprovados nas **13 Atividades Esportivas** definidas pela Resolução SEDESE nº 57/2019, de maneira que cada atividade esportiva tivesse ao mínimo 1 PP analisado.

### Exemplo:

*O Município "B" cadastrou 13 PPs de 06 Atividades Esportivas distintas para o ano base de 2019. Mediante, ao histórico de aprovação do ano anterior, ele terá apenas 07 PPs analisados, conforme o cálculo padrão estabelecido na página anterior. Dessa maneira, será selecionado aleatoriamente 1 PP para cada Atividade Esportiva comprovada, totalizando 6 PPs. Como serão analisados 7 PPs do Município, a quantidade restante será escolhida aleatoriamente dentre todos os PPs enviados para comprovação.*



# Critérios de Definição da Amostra

## Acréscimos

- Caso o(a) Gestor(a) Esportivo(a) Municipal em atividade não tenha participado do ICMS Esportivo em anos anteriores, haverá um acréscimo de 10% na porcentagem de PPs a serem analisados.

### Exemplo:

*O Município "C" teria 45% de seus PPs analisados, conforme o cálculo que estabelece a quantidade de PPs que entraram na amostra (Taxa de reprovação + 10%). A atual Gestora Esportiva Municipal foi validada no final de 2019, portanto, é a primeira vez em que participa do ICMS Esportivo. Dessa maneira, o Município terá 55% dos seus PPs analisados.*

- Caso o município tenha enviado PPs contemplando mais Atividades Esportivas do que a quantidade selecionada na amostra, o número da amostra para esse município tornou-se a quantidade de atividades contempladas.

### Exemplo:

*O Município "D" teria 2 PPs analisados, conforme o cálculo que estabelece a quantidade de PPs que entraram na amostra. Para o ano base de 2019, o Município comprovou 7 Atividades Esportivas distintas. Portanto, o Município terá 7 PPs analisados.*

# Deliberação

## Aprovação dos Programas Projetos (PPs) que não entraram na Amostra

Os PPs que não entraram na amostra não serão reprovados pela equipe da DFOPE. Eles serão aprovados com um número de participantes proporcional à taxa de aprovação dos participantes dos PPs analisados.

**Taxa de Aprovação dos Participantes =  
Somatório Participantes Validados / Somatório Participantes Solicitados**

### Exemplo:

*O Município "E" teve 3 PPs analisados. Somando a quantidade total de participantes **solicitados** em todos os PPs analisados, tem-se 800 atletas. Por outro lado, somando a quantidade total de participantes **validados** dos PPs analisados, tem-se 600 atletas. Dessa maneira, a taxa de aprovação de participantes do Município foi de 75%. Portanto, os PPs que **não** foram analisados serão aprovados parcialmente, considerando o número de participantes proporcionais a essa taxa. Em caso de valores decimais, o número de participantes é sempre arredondado para cima. A Tabela 01 resume esse raciocínio adotado para o Município "E":*

# Deliberação

**Tabela 01: Exemplo da aprovação de programas/projetos que não entraram na amostra para o Município “E” no ano base 2019.**

PPs Analisados		
	Participantes Solicitados	Participantes Aprovados
Programa 1	200	100
Programa 2	200	200
Programa 3	400	300
Total:	800	600
Taxa de Aprovação:	75,00%	
PPs NÃO Analisados		
	Participantes Solicitados	Participantes Aprovados
Programa 4	1000	750
Programa 5	85	64

Fonte: Elaboração Própria

Os programas/projetos que se enquadrem na Atividade Esportiva “Instalação/Reforma/Equipamento Esportivo - IREE” e/ou abrangerem modalidades que não possibilitam quantificar o número de atletas beneficiários, como o “Fundo Municipal de Esportes” e o “Plano e Relatório do Conselho”, serão validados integralmente.

# Deliberação

## Penalização por enquadramento equivocado de Atividade Esportiva e/ou Modalidade

Durante a análise dos PPs, pode acontecer a troca da Atividade Esportiva e/ou modalidade solicitada por erro de enquadramento, conforme dispõe a Resolução SEDESE nº 57/2019. Quando isso ocorre, a equipe técnica insere uma nova participação com as informações corretas. A taxa de aprovação dos participantes considera tanto os valores inseridos pelo Município, quanto alterados pela equipe técnica. Neste caso, a taxa de aprovação de participantes do Município é reduzida, pois um aumento no somatório de atletas solicitados resulta na diminuição da taxa, uma vez que o somatório de atletas validados será dividido por um número maior.

### Exemplo:

*Na análise de um PP do Município "F", foram solicitados 50 participantes para a Atividade Esportiva "Projetos Sócio-Educacionais", entretanto, os documentos não comprovaram a Atividade Esportiva solicitada. Dessa maneira, a equipe técnica inseriu uma nova participação, conforme o quadro abaixo. Logo, para esse PP serão considerados 100 participantes solicitados e 50 validados, resultando em uma taxa de aprovação de participantes de 50%.*

PARTICIPAÇÃO			
Atividade Esportiva ▲	Modalidade ▼	Participantes	Validados
Atividades de Lazer	JIU-JITSU	<input type="text" value="50"/> ⓘ	<input type="text" value="50"/>
Projetos Sócio Educacionais	JIU-JITSU	<input type="text" value="50"/> ⓘ	<input type="text" value="0"/>

# Considerações Finais

O ano base 2019 é o primeiro ano em que a análise dos programas/projetos do ICMS Esportivo está sendo realizada por amostragem e, a partir dessa experiência, a DFOPE buscará aprimorar esse processo visando sempre o bom funcionamento do mecanismo.

Já é de conhecimento dos gestores municipais de esportes que o município pode impugnar um programa/projeto aprovado parcialmente ou reprovado pela equipe da DFOPE, devendo seguir as orientações estabelecidas pela Resolução SEDESE nº 57/2019.

## **Todavia, fique atento:**

Caso o município decida impugnar um programa/projeto que não fez parte da amostra de análise, esse será analisado normalmente pela equipe técnica. Sendo assim, um programa/projeto que foi aprovado poderá ser reprovado, caso não atenda os requisitos estabelecidos pela Resolução SEDESE nº 57/2019.

A comprovação de forma correta dos programas/projetos é de inteira responsabilidade dos municípios. Dessa forma, salienta-se a importância da leitura completa da Resolução SEDESE N°57/2019, alterada pela Resolução SEDESE N° 36/2020, com efeitos a partir do ano base 2019, e também dos manuais disponibilizados pela DFOPE para clareza das regras de participação e ciência dos documentos comprobatórios básicos e complementares considerados.

**Agradecemos a sua atenção!**



# MINAS ESPORTIVA

## ICMS ESPORTIVO

**EM CASO DE DÚVIDAS,  
ENTRE EM CONTATO CONOSCO:**

**ICMS.ESPORTIVO@SOCIAL.MG.GOV.BR**

**DIRETORIA DE FOMENTO E ORGANIZAÇÃO DE POLÍTICAS ESPORTIVAS**

DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.